

TESE DE MESTRADO
COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA e
DESENVOLVIMENTO Reflexão a partir do terreno
mocambicano

Conteúdos

1 – Introdução	3
2 – Contexto e quadro conceptual	4
3- Estudo de caso: a avaliação de 2 projectos de desenvolvimento no Sul de Moçambique	
3.1 – “A árvore da esperança	6
O projecto	
A análise	10
Uma avaliação crítica do projecto	11
3.2 – “Ponto por Ponto com Saúde”	
O projecto	
A análise	17
Uma avaliação crítica do projecto	22
	23
4 – Notas finais	26
5 - Fontes	
Bibliografia	28
Fontes Orais	30
Anexo	
As recomendações à Fundação Calouste Gulbenkian	35

TESE DE MESTRADO
COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA e
DESENVOLVIMENTO Reflexão a partir do terreno
mocambicano

Resumo: Este trabalho reflecte sobre a cooperação descentralizada, a partir da análise no terreno de dois projectos de cooperação financiados pela Fundação Gulbenkian.

A ideia principal deste trabalho é obter dados sobre a acção de projectos no terreno, especificamente aqueles originados em processo de cooperação descentralizada, procurando analisar as suas forças e debilidades.

Num plano mais abrangente, é objectivo deste trabalho transcender o mero plano da implementação no terreno, e fazer incidir a análise nos modelos de cooperação descentralizada, partindo da acção das Fundações na cooperação. Mantendo em perspectiva a cooperação clássica como referência, pretende-se lançar uma base de análise crítica do modelo de cooperação descentralizada.

Palavras-chave: Cooperação Descentralizada; Moçambique; Fundações; Avaliação de Projectos; Estado e Coordenação de Actores de Cooperação; Participação das populações alvo e beneficiários nos projectos de cooperação.

Abstract: This paper reflects on decentralized cooperation, from a field analysis of two projects financed by Gulbenkian Foundation.

The main focus of this paper is to obtain valid data on the intervention of field projects, specifically those originated in processes of decentralized cooperation, seeking to analyse their strengths and weaknesses.

On a wider perspective, it is a goal of this work to go beyond the implementation on the field and focus the analysis on the models of decentralized cooperation, from the starting point of the action of Foundations in cooperation. Keeping in perspective the classic model of cooperation as reference, the aim is to obtain a good basis for a critical analysis of the model of decentralized cooperation.

Key words: Decentralized Cooperation; Mozambique; Foundations; Project Evaluations; State and coordination among cooperation agents; Participation of target populations and beneficiaries on cooperation projects.

1 - Introdução

Esta tese teve origem numa colaboração entre o ISEG e a Fundação Calouste Gulbenkian, e num processo de candidatura e selecção entre os alunos do Mestrado de Cooperação e Desenvolvimento Internacional. O trabalho de campo realizado em Moçambique entre os meses de Abril e Maio foi financiado por uma bolsa atribuída pela Fundação Gulbenkian e teve como objectivo a avaliação de dois projectos de Desenvolvimento por si financiados, direccionados à capacitação e auto-emprego das mulheres em contexto rural do Sul de Moçambique, e envolvendo ONG's portuguesas e moçambicanas.

Esta avaliação de projectos, que decorreu durante um mês, foi o culminar de um processo de definição de objectivos com a FCG, de contactos preliminares, de preparação de entrevistas e grelhas de análise, e de escolha da metodologia a aplicar à avaliação. Esta foi feita em coordenação com as ONG's que implementam os projectos em Moçambique, previamente e durante a visita ao terreno.

Durante a avaliação no terreno, foram levadas a cabo entrevistas e recolha de informação junto de institutos públicos e ministérios moçambicanos, académicos, individualidades e pessoal de ONG's moçambicanas e estrangeiras, junto da representação portuguesa no país e também dos beneficiários.

Esta tese tem assim por base o relatório apresentado à FCG no final da avaliação aos projectos. Este enfocou-se numa análise comparativa de dois projectos bem diferentes, inseridos em realidades distintas, com a vantagem da observação ter sido realizada a partir de uma posição preveligiada (avaliador de projectos). Neste trabalho, os diferentes estudos de caso analisados permitem uma abordagem teórica que visa dar algumas pistas sobre dois modelos diferentes de cooperação.

Além dos diferentes tipos de acção no terreno usados por estes projectos, a análise que se pretende aprofundar, tal como se verá no segundo capítulo deste trabalho, refere-se ao lugar ocupado pelas fundações na cooperação descentralizada e na promoção do desenvolvimento.

2 – Contexto e quadro conceptual

Moçambique - O país e a necessidade de intervir

Moçambique é desde há muito um dos países mais pobres do Mundo. O 165º lugar que ocupa no Índice de Desenvolvimento Humano, num conjunto de 169 países, demonstra bem a situação extrema em que o país se encontra, assolado pela necessidade e preso na armadilha do subdesenvolvimento.

Vários indicadores assinalam a situação difícil em que se encontra a maior parte dos seus 23 milhões de habitantes: segundo o Banco Mundial 79,8% dos Moçambicanos estão abaixo da linha da pobreza, de acordo com o Índice de Pobreza Multidimensional (dados de 2010)¹. Dentro deste panorama, algumas situações são particularmente graves.

A taxa de mortalidade infantil e a incidência de doenças como a malária e o HIV continuam elevadas, condicionando a vida do país e mantendo a esperança média de vida a um nível baixo. Por outro lado a taxa de abandono escolar, iliteracia, falta de formação e de oportunidades dificulta o acesso a alternativas de vida e mobilidade social.

Num país com poucos recursos, a eliminação da pobreza e dos desequilíbrios não é fácil. Enquanto a pobreza diminuiu de 69% para 54% entre 1997 e 2003, no período seguinte estagnou, tendo-se verificado inclusivamente um ligeiro aumento (de 54,1% para 54,7%)². Os últimos indicadores de desigualdade disponíveis pioraram todos: num período de algum crescimento económico os rendimentos dos 10% e dos 20% mais ricos do país aumentaram, em sentido inverso das camadas pobres.

Em termos da distribuição geográfica, a população rural é de 69% e a urbana 31%, mas analisando a distribuição da pobreza, esta é um fenómeno transversal³.

Moçambique é também um país muito dependente da ajuda externa. Apesar do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) ter aumentado de 1988 para 2011, o PIB *per capita* não teve um aumento correspondente, e o nível de importações do país manteve-se elevado. Este conjunto de factores é o reflexo de uma estrutura produtiva ineficiente, de uma produtividade agrícola baixa e de uma prevalência de actividades rentistas (ao invés de produtivas).

É clara a fragilidade da população Moçambicana, e evidente a necessidade da cooperação internacional manter a sua presença no país, de forma a poder contribuir para o trabalho em muitas das áreas e para a mitigação das situações que limitam o desenvolvimento do país.

¹ “Mozambique Quick Facts March 2011” PNUD

² “Analysis of Poverty Mozambique March 2011”, estudo realizado para o grupo G19, de financiadores de Moçambique.

³ É interessante mencionar que de acordo com o estudo mencionado a província de Inhambane, onde decorre um dos projectos analisados neste trabalho, foi uma das províncias que mais evoluiu positivamente em termos da incidência de pobreza – de 81% em 1996 para 58% em 2009.

Disto isto, é preciso cooperar. Mas cooperar como? São muitos os exemplos de intervenções no campo da cooperação que se revelam oportunistas e incapazes de gerar impactos concordantes com os elevados valores investidos. Igualmente a cooperação para o desenvolvimento, actuando numa óptica estrutural e de longo prazo, pode criar efeitos perversos na sua acção: gerar dependência ou realizar iniciativas desfazadas da realidade, sem incrustação nas comunidades beneficiárias.

É por isso que sabemos hoje em dia que “*mais*” cooperação nem sempre significa “*melhor*” cooperação. O incremento da cooperação tem limites práticos e limites relacionados com os princípios que devem orientar a cooperação.

Um é a capacidade de absorção que o país receptor tem da cooperação recebida: até um determinado nível é possível o Estado gerir projectos de cooperação internacionais com diferentes capacidades, metodologias, relevância social e âmbitos de acção, mas à medida que estes projectos vão aumentando em volume e número, torna-se incrementalmente difícil gerilos de forma eficaz.

Simultaneamente, os diferentes ritmos das ONG's (com critérios de realização a curto prazo, necessidade de prestar contas a doadores e a sujeição a flutuações no mediatismo das intervenções) e dos beneficiários (diferentes formas de trabalho, de tomada de decisão, diferente percepção de prioridades) podem ser difíceis de articular.

Existem outras limitações de “princípio”, mais relacionadas com o próprio objecto da cooperação: esta deve ser orientada para a resolução de problemas, após o qual deixa de ser necessária. É por isso que os agentes de cooperação devem planear o momento em que “deixam de ser necessários”, e a academia analisar a dependência que pode ser gerada por estes mesmos agentes.

Torna-se portanto essencial analisar os diferentes modelos e formas de cooperação, tentando perceber as suas limitações e potencialidades.

Quanto às formas de cooperação, foi observada uma estável, em que a presença de missionários por longos períodos, agora apresentados como “cooperantes”, é a forma normal de implementação de um conjunto de nobres objectivos de base religiosa. O outro projecto avaliado é de uma ONG moderna, com um conjunto de formulações e implementação de projectos típica das novas “tendências” da cooperação, constantemente adaptada a novos discursos e às novas linhas teóricas da cooperação.

Entre estas practicas de cooperação tão diferentes, há um conjunto de objectivos comuns: aumentar o bem-estar das populações, preocupação pelas comunidades locais, combate à injustiça e/ou à exclusão. Mas cada uma delas revela diferentes formas de trabalho, cada uma com elementos positivos e negativos. Um dos objectivos deste trabalho é precisamente analisar as limitações e potencialidades de cada um destes modelos.

Esta análise deve ser feita de forma contínua pelas organizações implementadoras, financiadoras e beneficiários. É aí que entra a avaliação de projectos, desempenhando um

papel central e fazendo com que os vários agentes de cooperação façam um ponto de situação dos objectivos gerais da sua acção. É por isso que a parceria entre o ISEG e a FCG faz tanto sentido.

Mas aparte da questão da avaliação e das formas de acção de cada projecto, o corpo principal de análise académica deste trabalho centra-se na cooperação descentralizada e mais especificamente no papel das fundações na promoção do desenvolvimento.

O desencanto com a eficácia da cooperação clássica, amiúde vista como massiva mas mal direccionada e dispersa por canais pouco eficientes, favoreceu o surgimento nos anos de 80 deste conceito, com uma visão mais favorável a projectos de pequena escala e a modelos de cooperação mais favorável à proximidade e flexibilidade de acção.

A cooperação descentralizada tem como base vantagens num modelo que não passe directamente pelo Estado, ganhando em flexibilidade de acção e na proximidade entre os agentes de cooperação (financiadores, implementadores e beneficiários), entre outras. As críticas a este tipo de modelo prendem-se com a elevada necessidade de coordenação para potenciar a acção de actores dispersos, bem como a ruptura que introduz nas prioridades dos beneficiários, obrigados a responder a diversas solicitações.

É neste modelo que se insere a acção das fundações. O seu papel tem vindo a ser cada vez mais significativo desde o ano 2000, em virtude da assinatura da Declaração do Milénio, em que se definiram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O carácter mobilizador de um conjunto restrito de objectivos relativamente simplificados mas de inegável importância para o desenvolvimento conseguiu atrair novos sectores da sociedade, que reagiram aos apelos para o envolvimento de toda a sociedade no esforço de desenvolvimento.

Simultaneamente, a entrada no século levantou vozes críticas ao modelo de desenvolvimento mundial e de acumulação capitalista sem regras.

Apesar de consubstanciarem uma visão despolitizada do Mundo, mais condizente com uma postura filantropica e pouco orientada para mudanças estruturantes na governação mundial, os ODM's geraram uma nova dinâmica na cooperação internacional, onde grandes fundações se integraram: Fundação Ford, Open Society, Fundação Gates, entre outras. Actualmente, o volume de verbas disponibilizadas para cooperação por estas fundações ultrapassa o da cooperação clássica.

Os seus modelos, áreas de interesse e formas de trabalhar são particulares, importa portanto aprofundar a análise à sua acção.

3 – Estudo de caso: a avaliação de 2 projectos de desenvolvimento a decorrer no Sul de Moçambique

3.1 – “A Árvore da Esperança”

O projecto

O projecto “A Árvore da Esperança” é um projecto inovador, assente numa parceria entre o Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF) e o Centro de Investigação e Desenvolvimento em Etnobotânica (CIDE). A sua mais-valia passa pela inovação tecnológica e desenvolvimento do conhecimento científico, e pela concretização prática do mesmo, através da introdução da moringa, uma espécie que não faz parte dos hábitos dos beneficiários.

A implementação deste projecto (a tecnologia *per se* e a sua aplicação) baseia-se na parceria entre o IMVF e o CIDE, um novo instituto dedicado à investigação científica.

As questões iniciais a analisar no projecto “A Árvore da Esperança”, estavam relacionadas com a forma como este tinha surgido e como era a relação entre o IMVF e o CIDE. Era fundamental entender a relação entre as duas instituições.

Outro conjunto de questões a levantar incidia sobre a implementação “na base” de um projecto deste género, em que as actividades planificadas deveriam ser realizadas resultando da participação activa da população. Assim, a forma como o projecto e cada organização se situava no terreno era fundamental para o alcance dos objectivos propostos.

A nível dos objectivos comuns entre o projecto e as autoridades e políticas locais (por exemplo, o Plano Nacional de Saúde ou as políticas de Desenvolvimento Rural), foi possível ver pela proposta do IMVF que as necessidades estavam bem identificadas e fundamentadas: existindo alinhamento entre o projecto e o seu contexto.

O IMVF assume neste projecto um papel de coordenação, sendo as questões operativas com o CIDE e os técnicos contratados pelo projecto. A coordenação é feita desde Maputo, sendo fluente a comunicação com os assistentes da Namaacha, apesar de a distância ter limitações.

O CIDE foi criado em 2008 e inaugurado em 2009, tendo como objectivos a “*promoção da etnobotânica e do conhecimento tradicional agrícola, conferindo-lhe um cunho científico, bem como a transferência de tecnologia*”⁴. O estudo dos recursos agrícolas, alimentares e o trabalho sobre a nutrição são também eixos centrais do CIDE.

Segundo a Dr.^a Tatiana Marrufo, assistente técnica do projecto, o CIDE pode desempenhar um papel importante na “*valorização do conhecimento tradicional de maneira a que seja aplicável pelo homem: através de plantas comestíveis, medicinais, ou cosméticas*”, fazendo a ponte entre o tradicional e o moderno.

⁴ Reunião com Dr. Júlio Matlombe, Administrador do CIDE.

De acordo com o seu documento estratégico, as suas linhas de pesquisa são a “*pesquisa na caracterização de práticas tradicionais, incluído aspectos sociais*”, na “*pesquisa para a valorização do conhecimento tradicional*” e na “*pesquisa no uso, produção e comercialização de produtos baseados no conhecimento da Etnobotânica*”.

A entrada dos dois assistentes técnicos no projecto deu-se especificamente para a implementação do “Árvore da Esperança”. A Dr.^a Tatiana Marrufo, foi contratada pelo IMVF em finais de 2009 como técnica de investigação⁵. A sua função principal é realizar as investigações sobre a componente medicinal e nutricional da moringa. Posteriormente, o técnico agrícola David Melo foi recrutado para tarefas relacionadas com técnicas de cultivo. Nos dois casos a contratação foi feita pelo projecto, devido à escassez (ou até mesmo inexistência) de recursos no CIDE para tal. Em ambos casos, o pressuposto não escrito da sua contratação é que serão integrados nos quadros do CIDE após o final do projecto.

O CIDE é uma instituição que pode crescer e explorar novas áreas: abrindo áreas de investigação, dando resposta a problemas reais do país⁶, projectando a investigação científica na região e potenciando o desenvolvimento.

No entanto, e apesar da pontencial centralidade do CIDE no futuro, este revelou-se um parceiro pouco preparado, quer organizacionalmente quer institucionalmente, devido aos poucos recursos, preparação técnica e maturidade da instituição. Este facto foi determinante na sua intervenção neste projecto e nos tempos de concretização das diversas fases do mesmo. Mas é por isso que se deve valorizar a importância desta parceria: a articulação com o CIDE significa também a valorização e o fortalecimento institucional de um novo organismo estatal.

Além da investigação científica sobre a moringa, outros eixos de trabalho são importantes para o projecto, complementando várias abordagens.

Vários destes objectivos estão directamente relacionados com a expansão do cultivo e da utilização da moringa pelas pessoas. Nomeadamente:

- “Melhorar o estado nutricional das populações”,
- “Melhorar o acesso a água potável” e
- “Melhorar a condição dos solos”.

Um dos eixos que incide directamente sobre estes objectivos é o da formação: demonstrar as vantagens da moringa, como plantá-la e usá-la. Para uma efectiva concretização do projecto é preciso chegar às pessoas. E podem-se esperar impactos na melhoria da nutrição, tendo em conta a bibliografia científica existente e a produzida pelo CIDE. Para tal, foi iniciado um

⁵ De acordo com a própria Tatiana Marrufo, a sua contratação teria sido ao abrigo do projecto também devido às dificuldades de contratação por parte das instituições públicas moçambicanas.

⁶ “Existe grande relação na cabeça das pessoas entre a medicina tradicional e o espiritismo e bruxaria. Mas é preciso mudar isso.” (Dr.^a Tatiana Marrufo)

trabalho de coordenação entre a Dr.^a Tatiana Marrufo e o Centro Distrital de Saúde (“CD Saúde”), através da sua directora, a Dr.^a Leopoldina Ferreira.

O CD Saúde, a par da monitorização do estado nutricional da população da região, tem actividades nas comunidades, para sensibilizar para hábitos de nutrição saudáveis. Destas actividades, organizadas pelo departamento de nutrição do CD Saúde, fazem parte campanhas com gastronomia adequados às necessidades proteicas e vitamínicas da população, especialmente crianças. A avaliação nutricional destas crianças, através do controle de peso, idade e altura é feita regularmente e a sua evolução registada. Este processo permite o rastreio dos casos mais graves de má nutrição e construir uma base de controlo sobre o impacto das medidas implementadas - de acordo com a curva de crescimento da criança é possível avaliar a situação nutricional da região.

Apesar do Distrito da Namaacha não ser dos distritos com uma situação nutricional mais deteriorada⁷, este trabalho de prevenção é fundamental no trabalho das autoridades de saúde locais. A coordenação entre o CIDE e o CD Saúde procura sensibilizar e dar suporte científico à introdução da moringa nas actividades do Centro de Saúde. Apesar de a moringa ser usada em Moçambique, as investigações existentes não são da componente nutricional, pelo que não existem estudos publicados sobre ela.

Um objectivo prático desta parceria com as autoridades locais de saúde é a introdução da moringa nas sessões públicas (através de folhas secas em pó ou de sementes nas “papinhas” das crianças). Segundo a Directora do CD Saúde, existe abertura para tal por parte do próprio CD Saúde, mas não existe autonomia para concretizar a introdução de moringa por falta de enquadramento nas políticas nacionais.

A reunião com o Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE) revelou-se igualmente útil. Este organismo assumiu responsabilidades na área da agricultura, anteriormente pertencentes ao Ministério da Agricultura⁸. Uma das suas principais áreas de acção a nível agrícola prende-se com a assistência técnica e a transferência de conhecimentos.

O SDAE realiza acções de divulgação através de “extencionistas rurais”, que têm como objectivo contactar as comunidades para “*promover alterações e aperfeiçoamentos nos hábitos nutricionais, bem como nas técnicas agrícolas*”⁹. A sua utilização permite contacto sistemático e regular com as comunidades, sendo óbvia a complementaridade deste trabalho com o projecto “A Árvore da Esperança”.

A Directora do SDAE alertou para o facto de existir uma grande cultura de subsistência, o que dificulta a introdução de espécies cujas vantagens as pessoas desconhecem e que demoram

⁷ Reunião com a Dr.^a Leopoldina Ferreira, Directora do Centro Distrital de Saúde da Vila da Namaacha.

⁸ Como parte do processo de reestruturação do Estado, os Serviços Distritais passaram a conglomerar sectores que já não têm representação a nível provincial.

⁹ Reunião com a Dr.^a Arlete Macuácuca, Directora do SDAE.

mais tempo a dar frutos do que as já conhecidas. Deixou o apelo para que o trabalho realizado fosse de longo prazo, sublinhando a dificuldade de ter resultados em períodos curtos.

Ficou claro que o conhecimento sobre o CIDE ainda era reduzido, e também que a relação com o SDAE já devia ter começado muito antes, até desde a elaboração do próprio projecto.

Uma abordagem mais próxima das estruturas do Estado não é uma opção ideológica sobre o papel deste (que é hoje o recipiente preferencial da ajuda internacional), mas sim uma opção prática com vista a aproveitar a maior capacidade do Estado para contactar directamente e em larga escala as pessoas. Como tal, é preciso que o eixo de formação passe pela difusão dos conhecimentos sobre a moringa a agentes do Estado empenhados na sua divulgação.

No envolvimento das dinâmicas e estruturas já existentes pode estar a chave para uma melhor promoção da moringa a nível regional e nacional.

A análise

A grande mais-valia do Projecto “A árvore da esperança” situa-se na inovação, na aposta no conhecimento e desenvolvimento científico, a partir da parceria com o Centro de Investigação e Desenvolvimento em Etnobotânica.

Por outro lado, os diferentes objectivos propostos, como a melhoria da nutrição, da situação económica das pessoas através da produção agrícola, o acesso a água potável através da purificação com sementes, ou a abordagem de género, demonstram uma abordagem integral do desenvolvimento e uma percepção clara da interligação entre os seus objectivos.

No entanto, a complexidade desta abordagem acarreta dificuldades e obriga a uma grande proximidade entre os actores envolvidos e a uma coordenação ágil entre eles – esta dificuldade sente-se muito na implementação deste projecto.

Outra dificuldade até à data tem sido encontrar parceiros de base – produtores, indivíduos, comunidades – interessados na plantação de moringa. A prioridade do dia-a-dia, o crescimento mais rápido de outras produções como o milho ou a mandioca secundarizam uma planta cuja utilização é desconhecida e que demora mais a dar frutos. A pouca capacidade de iniciativa e alguma cultura de dependência de alguns dos beneficiários torna ainda mais difícil encontrar parceiros comprometidos com o projecto.

Para além da concretização dos objectivos inicialmente propostos a implementação deste projecto pode ter outros resultados positivos. Uma deles, e o mais estruturante, é o reforço institucional de um organismo estatal com objectivos de assinalável relevância em áreas fundamentais para Moçambique: a investigação e o desenvolvimento rural¹⁰, tanto com equipamentos (a camioneta adquirida, os materiais e ferramentas de cultivo) como em formação e recursos humanos.

¹⁰ “Desafios do desenvolvimento rural em Moçambique”, de Carlos Nuno Castel Branco, Nelsa Massingue e Rosimina Ali, em “Desafios Moçambique 2010”, Publicações IEDE

É notória a preocupação no país com a melhor utilização dos recursos, tal como é notória a tensão entre o sector público e o privado. Se por um lado a aquisição de terra é limitada aos privados, na educação é fonte de preocupação o aumento do número de universidades privadas sem o correspondente aumento na qualidade¹¹. O fortalecimento institucional do CIDE é portanto um ponto que deve ser valorizado ao avaliar os impactos deste projecto.

Uma avaliação crítica do projecto

De seguida analisa-se o projecto à luz de alguns critérios de avaliação.

O grau de desenvolvimento dos objectivos e dos resultados dos projectos

À luz dos objectivos previstos (ver barra lateral), o projecto “A Árvore da Esperança” tem a assinalar os seguintes pontos.

Uma dificuldade central na prossecução dos fins deste projecto é a falta de um entendimento por parte da população alvo da relevância da moringa. Uma vez que a moringa não faz parte da alimentação base das pessoas, é difícil ter interesse genuíno e consistente na sua produção¹².

Relativamente à melhoria no estado nutricional das famílias, é o objectivo que está mais directamente dependente da adesão dos beneficiários ao cultivo de moringa, mas um cujos resultados só serão verificados a longo prazo. Para a concretização deste objectivo concorrem três actividades: a capacitação de mulheres em técnicas de produção, a produção de óleo alimentar e a de ervilhas.

O eixo de formação, se trabalhado em articulação com as autoridades locais, tem boas perspectivas: aproveitando as sessões sobre nutrição organizadas pelo CD Saúde é possível chegar ao objectivo proposto.

i. Melhorar o estado nutricional das populações

1.1 *Conservação das folhas para complemento nutricional (200 mulheres capacitadas em técnicas de produção)*

1.2 *Produção de óleo alimentar (23 mil litros)*

1.3 *Produção de ervilha (80 mil kg para consumo em 40 famílias)*

1.4 *Elaboração de um estudo sobre moringa*

1.5 *Produção de um manual de maneiio para as populações*

ii. Melhorar rendimento das mulheres chefes de família

2.1 *Criação de 4 postos de produção de óleo*

2.2 *Criação de 4 eiras de secagem*

2.3 *Elos comerciais com 8 vendedores*

2.4 *Comercialização (9.000 lts óleo e 30 mil kg de ervilhas)*

iii. Melhorar o acesso a água potável

3.1 *Formação das comunidades em purificação da água (400 mulheres formadas e 16.000 lts purificados diariamente)*

iv. Melhorar condições dos solos

4.1 *Distribuição e plantação de pés de moringa (3 mil árvores)*

¹¹ Vários artigos e notícias consultadas.

¹² Na Namaacha e mesmo em Inhambane, quando inquiridas foram poucas as pessoas que disseram conhecer a planta moringa. É no entanto claro que a determinados nível (nos media, autoridades, no meio da cooperação) a moringa é muito mais facilmente identificada e reconhecida. Segundo a Dr.ª Tatiana Marrufo “A moringa está na moda.”.

As áreas de risco existentes são a pressão do tempo para a execução do projecto¹³, que não permite folga para terminar a investigação pendente sobre a espécie local de moringa, como ainda a falta de orientações hierárquicas do CD Saúde, que pode originar bloqueios institucionais no momento de concretizar um acordo.

Quando à produção a situação é mais difícil. A produção de óleo alimentar não será possível, pois as prensas necessárias para a extracção não existem em Moçambique. A substituição destas prensas por outras não teve êxito¹⁴.

O estágio feito pela técnica investigadora do projecto e o desenvolvimento das análises permitem antever que o estudo da moringa possa ser feito, permitindo editar um manual de manuseio prático para as populações e adquirir conhecimento científico sobre a espécie local de moringa¹⁵. O estudo e o manual serão uma ferramenta útil deixada pelo projecto para o seguimento das actividades pelo CIDE.

O objectivo de melhorar o rendimento das famílias parece difícil de concretizar. Nem os postos de produção de óleo nem as eiras de secagem estão criados, pois as plantações de moringa são ainda demasiado recentes para dar ervilhas.

Uma vez que não haverá produção de óleo, os postos de produção deixarão de fazer sentido, podendo as eiras de secagem ser ainda construídas – o que apenas fará sentido se houver um contexto produtivo que o justifique.

Na povoação de Mahelane, onde houve cedência do terreno por parte do chefe do Posto Administrativo Local, existem 350 pés de moringa numa área que se estima poder receber 3.000 pés. Mas comprovou-se as dificuldades existentes em angariar pessoas para cultivar os campos: o Chefe da Localidade sublinhou a escolha das pessoas por cultivos mais rentáveis – se cultivada, será sempre uma plantação complementar às *machambas* já existentes.

Mesmo assim, tendo sido o terreno preparado e parcialmente plantado pelos técnicos do projecto, as pessoas não se dispuseram a participar nos trabalhos. O compromisso encontrado foi que o Chefe do Posto arranjasse 40 pessoas para trabalhar, responsabilizando-as pelo seu quinhão de terra e envolvendo-as no cultivo e desenvolvimento do próprio projecto. Cada um destes beneficiários ficará responsável por uma parcela do terreno, cuidando da plantação e retirando os subprodutos da moringa.

Este sistema dá ênfase à responsabilização dos beneficiários e abre espaço à futura sustentabilidade do projecto.

¹³ É de referir no entanto que a memória descritiva do projecto não especifica que as metas definidas nos indicadores sejam cumpridas exactamente no decorrer do tempo de execução do mesmo.

¹⁴ Nas experiências realizadas, com 2 kg de ervilhas foi possível obter apenas cerca de 50 ml de óleo.

¹⁵ O tipo de solo, entre outros factores, pode alterar algumas das características da moringa. De acordo com a Dr.^a Tatiana Marrufo, “Falta analisar a composição vitamínica, e na literatura analisada não existem dados sobre a moringa moçambicana. Esta planta tem características diferentes em cada lugar, daí que os níveis nutritivos e o impacto podem ser diferentes.”

O outro campo de cultivo seleccionado pelo projecto é o campo de Mandevo. Este campo de 12,50 ha é gerido pela ACAMPUTO, uma cooperativa composta por camponeses das aldeias circundantes. A comunidade é composta por várias aldeias, onde vivem antigos deslocados de guerra que se juntaram à volta de uma antiga missão religiosa. A observação nos campos permitiu verificar que existe pouco investimento nos terrenos para manter a produção de moringa. Aqui foram plantadas 100 mudas (pés de moringa) com acompanhamento dos técnicos do projecto. Depois de uma plantação experimental com 80% de sucesso, procedeu-se à plantação dos restantes campos.

Verificou-se, pelas entrevistas realizadas, que a ACAMPUTO é uma estrutura criada especificamente para a aquisição dos terrenos¹⁶, num projecto impulsionado pela Irmã Maria Rosa, da Cáritas Alemanha. A cooperativa é na verdade uma estrutura vazia e pouco participada, cuja organização passa muito pela influência da Cáritas¹⁷ - aliás, a comunicação entre o projecto e a comunidade realiza-se através da Irmã. Dos cooperantes da ACAMPUTO, apenas os seis funcionários pagos pela Cáritas participam activamente na manutenção dos campos agrícolas.

Na entrevista realizada com o Sr. Moisés, encarregado principal da ACAMPUTO pela gestão dos campos, verificou-se a pouca envolvimento das pessoas na plantação de moringa, preveligiando as suas *machambas* familiares. A distribuição dos pés de moringa pelas famílias, para cultivo nas suas hortas familiares, pode ser mais eficaz.

São óbvias as dificuldades do projecto em se implantar em Impaputo, entre a inactividade dos membros da ACAMPUTO¹⁸ e alguma desconfiança por parte da população e da Irmã Maria Rosa¹⁹. Em entrevista, a Irmã revelou algumas reservas na promoção de novas culturas e na alteração das dinâmicas já existentes na comunidade. Citou receios da população (“*já fomos explorados muitas vezes, queremos ver primeiro*”) em parte explicados, segundo a Irmã, por serem comunidades originalmente deslocadas pela guerra.

Assim sendo, existem em Impaputo dinâmicas de poder instituído que não parecem comprometidas ou disponíveis para dar seguimento à plantação de moringa.

Paralelamente à selecção e tratamento dos terrenos mencionados, o cultivo de moringa prossegue nas estufas do CIDE, com 3.000 pés de moringa prontos a serem transplantados.

¹⁶ Segundo a legislação moçambicana, pessoas individuais não podem adquirir terra, apenas estruturas colectivas o podem fazer.

¹⁷ “A irmã é a cabeça da associação” (David Melo, técnico agrícola do projecto).

¹⁸ “Na verdade as pessoas querem tudo de graça. (...) A Irmã introduziu cultura de trabalho, que as pessoas devem trabalhar e ter os frutos desse trabalho” (David Melo, técnico agrícola do projecto).

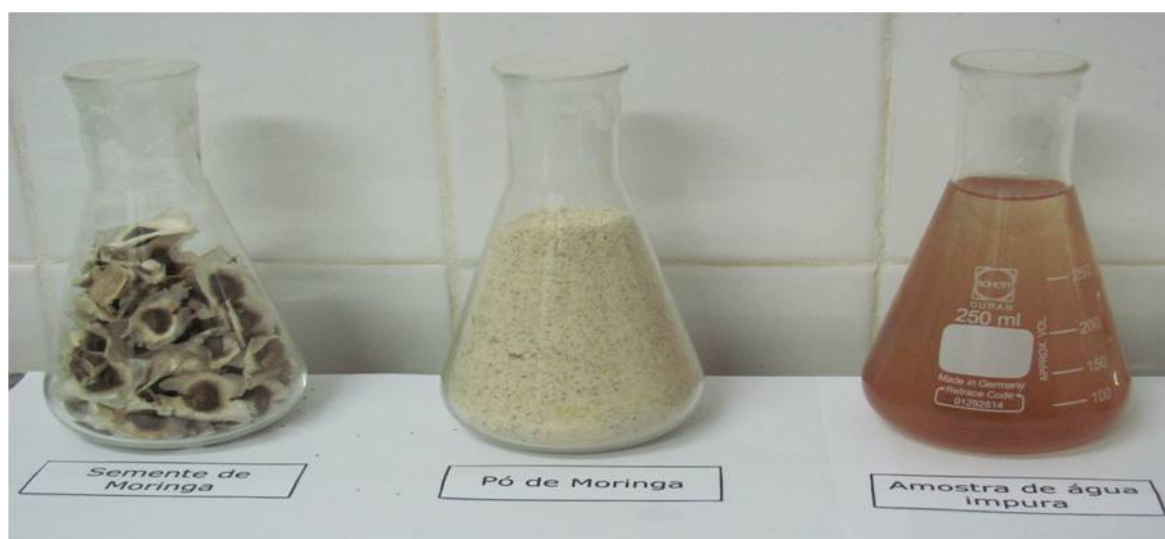
¹⁹ O facto de ter sugerido distribuir os pés de moringa pelas famílias em vez de os continuar a plantar pode dever-se mais a não querer ter muitos terrenos cultivados com moringa do que ao eventual sucesso desta distribuição.



Legenda – Mudas de moringa nos jardins do CIDE (Vila da Namaacha)

Uma vez que o estágio actual da produção é ainda recente, é difícil antever se haverá êxito na comercialização e distribuição de moringa. Não existem ainda contactos com vendedores para escoamento da produção.

Quanto à purificação da água, as experiências realizadas com água impura e sementes de moringa foram prometedoras, atingindo um nível de eficácia assinalável. Como ainda não há sementes de moringa disponíveis para utilização nas comunidades, não há resultados na utilização das mesmas para purificação de água.



Legenda – Amostras e análises nos laboratórios do CIDE (Vila da Namaacha)

Outro objectivo deste projecto é a melhoria da condição dos solos. Para alcançar este objectivo, o projecto baseia-se nas qualidades da moringa, capaz de regenerar solos áridos, recuperando os nutrientes necessários a outras plantações. Parece possível que sejam efectivamente disponibilizadas aos beneficiários as 3.000 árvores que o projecto se propôs plantar.

Quanto à formação em cultivo, o projecto tinha apontado ter 200 mulheres formadas. Parece ser urgente começar a incidir neste eixo, sobretudo tendo em conta que pode implicar uma estreita articulação com actores como o Centro de Saúde ou o SDAE, o que acarreta uma fase de negociação e burocracia.

O grau de inovação das abordagens implementadas;

Tal como já referido, a grande mais-valia deste Projecto situa-se no campo da inovação.

Primeiro, a investigação etnobotânica pode encontrar soluções através da criação de novos produtos a nível nutricional e alimentar, melhorando a performance agrícola das comunidades e a sua gama de recursos alimentares, permitindo canalizar recursos para outras áreas (educação ou saúde).

Por outro lado a investigação realizada no CIDE, tanto a alimentar mas sobretudo a medicinal, pode criar uma ponte entre a ciência moderna e a tradicional, cruzando a investigação científica moderna com os hábitos de consumo tradicionais e métodos medicinais alternativos. Neste campo, a certificação desse conhecimento “popular” pode aproximar a ciência e as políticas de saúde da população.

A sustentabilidade dos projectos

Um dos desafios fundamentais na implementação deste projecto é a articulação entre os parceiros, e com os diversos actores que coexistem no seu espaço.

Alguns actores institucionais têm sido pouco aproveitados, e a interacção com os Postos Administrativos Locais tem sido lenta. A moringa é identificada como algo novo e promissor, mas sobre a qual há pouco conhecimento objectivo. Sem dados concretos, através da certificação científica ou através do conhecimento popular, será difícil alcançar o objectivo final do projecto: criar conhecimento sobre a moringa de forma a potenciar as suas qualidades e utilização.

Isto faz com que seja difícil conseguir uma adesão popular significativa, além dos constrangimentos diários das comunidades com poucos recursos que são obrigadas a privilegiar colheitas com maior rendimento. Neste cenário parece difícil que a moringa venha a ser utilizada numa escala relevante pelas comunidades contactadas ou sequer considerada como uma alternativa alimentar viável.

Mas poderá ser precisamente através da articulação entre os diversos actores que se poderá garantir a sustentabilidade do projecto.

O trabalho para desenvolver uma fluida interligação entre o projecto e os actores circundantes, criando as bases para uma sólida divulgação da moringa, criará as bases da sua sustentabilidade. Assumindo que o projecto conseguirá terminar até o fim dos dois anos as

diversas fases de investigação, o importante será garantir que se estabelecem as parcerias e acordos necessários com vista à divulgação da moringa entre as comunidades, já devidamente certificada e com o apoio dos materiais publicados. É para tal necessário que o projecto mantenha uma relação estreita com o CIDE e que sobre ele faça recair o seguimento das actividades. Para tal, as relações entre eles terão que se tornar relações institucionais.

Ainda no que diz respeito à sustentabilidade, segundo o que foi definido pelo projecto, “a sustentabilidade do viveiro está intimamente ligada ao sucesso da presente acção”. O viveiro do CIDE serviria de pólo de produção dos pés de moringa, que seriam adquiridos pelos beneficiários através dos benefícios gerados pela sua própria produção. Este cenário de mercado de moringa, apoiado pelo banco genético, parece longínquo dado a fase de evolução em que o projecto se encontra. Igualmente negativa para a sustentabilidade é a incapacidade verificada de “reforçar as dinâmicas associativas locais”, algo que o projecto se propunha realizar.

A coordenação com outros projectos e actores, locais e internacionais

Esta questão foi central ao analisar muitos dos pontos atrás mencionados, e não será necessário repeti-los. Aquilo que este projecto tem de positivo, desde a parceria com uma nova entidade estatal à aposta num trabalho de investigação sobre uma nova espécie cuja aplicação e utilidade é de difícil percepção pela população, é precisamente aquilo que tem dificultado a sua implementação.

Conclui-se que o projecto deveria assentar numa complexa rede de actores que levassem a cabo as diversas vertentes de trabalho: a fim de garantir o sucesso da investigação sobre a moringa, para assegurar um contacto mais abrangente com as populações, ou para concretizar a formação nas várias vertentes propostas pelo projecto.

Para haver tal resposta, é importante trazer os possíveis parceiros para o âmbito do projecto, e formalizar dentro do possível as relações daí decorrentes, para que subsistam os acordos estabelecidos e se garanta a continuidade do trabalho.

As relações com os actores fora do projecto inicial também são importantes para o IMVF²⁰, e um factor de avaliação positiva dos resultados. A capacidade de estabelecer e manter estes vínculos é importante, pois demonstra capacidade de adaptação ao diferentes contextos.

²⁰ Dr^a. Hermínia Ribeiro, reunião na sede do IMVF em Lisboa

3.2 – Ponto por Ponto com Saúde

O projecto

O projecto “Ponto por Ponto com Saúde” é um micro-projecto, com uma envolvimento próxima a muitas outras actividades, programas e iniciativas levadas a cabo dentro do espaço que o acolhe, o Centro de Promoção Humana da Guiúá (“o Centro”).

O espaço físico do Centro é um invejável complexo de estruturas que serve de apoio às comunidades vizinhas, harmonioso e integrado no contexto rural que o rodeia. É onde as pessoas se encontram, onde vão às consultas médicas, onde têm aulas, onde têm a sua *machamba*, onde rezam e onde as crianças vão à escola: desde as salas de informática à maternidade ou à casa das irmãs que apoiam nas tarefas do Centro. Este é um ponto de referência na zona, conhecido e reconhecido pelo seu trabalho e presença estável na região.

O Centro é suficientemente próximo de Inhambane para beneficiar de algumas das facilidades existentes numa capital de província, como o Hospital, mas suficientemente longe para ser fundamental na prestação de cuidados e serviços que de outra forma a população da zona não teria.

É neste contexto que o Centro desenvolve formação em diversas áreas, para os seus catequistas e para a população da zona, com especial ênfase nas mulheres e raparigas da região, que são um eixo fundamental da economia doméstica e da criação de redes de apoio social. A formação inclui disciplinas como saúde, costura, teologia, integração missionária, economia doméstica, aulas de informática e outras.

No que respeita ao projecto em análise, a formação é dada em costura e em saúde – sendo que esta última integra ainda economia doméstica, saúde materno-infantil e planeamento familiar.

O projecto “Ponto por Ponto com Saúde” surgiu da relação entre a Associação Mãos Unidas Padre Damião e a ordem dos Missionários da Consolata. Estas instituições têm outras actividades e projectos em comum, e este projecto surgiu com a naturalidade decorrente da relação entre as duas. O conceito do projecto foi criado à volta de um conjunto de actividades que já existia, mas que foi possível alargar com o apoio da FCG.

As necessidades a que este projecto procura dar resposta foram identificadas facilmente através do trabalho diário do Centro com as comunidades: a pobreza, a falta de cuidados de saúde, a falta de educação e de expectativas. A proximidade com a população local e o compromisso de longo prazo do Centro permite-lhe avaliar de perto os problemas das pessoas e saber sobre quais é possível incidir.

No contexto de pobreza e falta de alternativas da população da Guiúá, as possibilidades de alcançar algum nível de autonomia são escassas. As alternativas de vida são restringidas pelo trabalho do dia-a-dia, quer para as crianças que têm que faltar à escola para ajudar em casa e na horta, quer para as mulheres afectadas por doenças como a malária ou o HIV.

É esta autonomia que as aulas de costura pretendem proporcionar às mulheres e raparigas da região. A formação num ofício dá às mulheres a possibilidade de poderem desenvolver o seu trabalho e obterem rendimentos extra através da venda de produtos manufacturados nos mercados da zona. Estes mercados são sobretudo mercados de bens alimentares, mas têm alguma variedade de roupa, artigos de casa e outros produtos.

Até aqui, os produtos feitos pelas alunas das aulas de costura têm-se comercializado sobretudo no próprio Centro, devido ao grande número de iniciativas que lá são realizados e durante os quais é feita promoção a estes produtos.

As aulas de costura são dadas com recursos da zona, apesar de alguns dos materiais terem que ser obtidos em Maxixe ou até Maputo. Mas o recurso mais valioso é a gente, e é-o seguramente a integração de mulheres da zona como formadoras nos cursos de costura e de saúde. As formadoras são um exemplo como professoras e também porque também vendem peças nos mercados.

As aulas, de 2 horas cada, são ministradas no Centro, sendo 83 as meninas inscritas e 18 as *mamãs*. Dividem-se entre aulas de bordado e croché e aulas de corte e costura. O número total de inscritas supera o definido no projecto. Tal como indicado inicialmente, está prevista a substituição de formandas caso faltem muito às aulas – para tal há controlo de assiduidade.

O projecto estipula também que as meninas sejam escolhidas pela escola, e que por serem mais velhas, as meninas do 7º ano sejam preveligiadas. Em entrevista, o Director Calton da Escola Primária Completa da Guiúá referiu que também há meninas do 6º ano presentes nas aulas de costura, o que pode representar maior interesse nas aulas. Segundo o Director, o aproveitamento escolar das meninas que têm aulas de costura varia pois umas são seleccionadas por serem boas alunas e outras pelo interesse manifestado nas aulas. Mas “gerou-se uma dinâmica. Elas não podem entrar a meio, mas nota-se que há alunas do 6º e do 7º ano preocupadas em entrar para o ano seguinte”. Existe um estatuto diferente, das que frequentam as aulas de costura e das que gostariam de o fazer.



Legenda: Aula de costura das meninas, no exterior.

Os números sobre a participação escolar são difíceis de comprovar, mas segundo o Director a maior parte das crianças até ao 7º ano vão à escola. No entanto, dos que terminam o 7º ano apenas 70% continuam na escola, pois isso implica ir à escola em Inhambane, a 12 km.

O Director da Escola, que diz ter uma relação “saúdavel e forte” com o Centro²¹, mencionou ainda que iria apresentar uma proposta ao Centro, para que fosse proporcionado um lanche às alunas de corte e costura.

Segundo o Director o curso é importante pois permite às meninas “fazerem algumas coisas elas próprias, e terem noções básicas de costura”. Indagado sobre as alternativas destas crianças, a resposta foi clara: “se não estivessem no curso não estariam a fazer nada. Se fossem para casa faziam trabalhos para a família”.

Neste panorama, marcado pela debilidade do sistema de educação e por um absentismo estrutural, parece clara a importância de fixar as crianças no contexto escolar, reforçando a importância da aprendizagem e da formação.

A responsabilidade incutida às alunas, sujeitas a uma selecção para ingressarem nos cursos e a controle de presenças, é outra mais-valia que reforça a faceta pedagógica dos cursos. Especialmente nesta idade, os cursos ministrados pelo Centro de Promoção Humana parecem desempenhar um papel bastante importante, quer pelos conteúdos quer pelo contexto que proporcionam às alunas.

Sobre as aulas de costura das mães, estas consistem em ensino de corte, passagem dos desenhos criados para os tecidos e costura das peças. A evolução das próprias alunas

²¹ O Padre Diamantino é membro do Concelho da Escola, onde está ainda o Director e representantes de professores e comunidades.

determina o ritmo em que as etapas se vão sucedendo. Uma vez que apenas algumas tiveram já contacto com costura, na fase inicial do curso as peças não têm ainda qualidade para serem colocadas nos mercados. À medida que os cursos se vão sucedendo, as melhorias vão sendo implementadas e novos produtos são produzidos: neste 2º ano de execução do projecto já foram feitos “individuais” para mesa, bolsas para telemóveis e brincos.

As *mamãs* entrevistadas demonstraram ter mais expectativas relacionadas com a possibilidade de produzir peças para elas próprias do que para vender os produtos no mercado.

O facto de poderem remendar ou mesmo produzir para elas próprias é uma expectativa real de melhoria da sua situação económica. Segundo a Irmã Teresa, não existem alternativas para as pessoas: “se não estivessem nas aulas não estariam a fazer nada. Estão no mercado e na *machamba* de manhã, depois vêm para as aulas.”

Das entrevistas realizadas com as *mamãs*, foi possível entrever pelas respostas que o curso de costura está adaptado às suas necessidades: nenhuma das entrevistadas mencionou outro curso que preferisse ter em vez deste. As suas referências eram no sentido de fazer roupas para si, mais do que para vender.

No geral, todas responderam que perto das suas aldeias tinham mercados onde seria possível vender os produtos. Os entraves que projectam relacionam-se com as capacidades materiais de poder costurar.

Introduzindo a perspectiva de género sobre o curso de costura, é interessante verificar que a profissão de alfaiate em Moçambique é uma profissão comum para homens, o que foi possível observar nas várias visitas a mercados da região, onde podem ser encontrados com uma máquina de costura a fazer arranjos de roupa no próprio momento.

Este curso é apenas para mulheres e talvez não tivesse que ser assim. No entanto, uma das razões para nos projectos de desenvolvimento se preferir, geralmente, ter mulheres como beneficiárias tem a ver com a forma como distribuem os rendimentos obtidos. Nesse aspecto, Moçambique não fugirá à regra, sendo de prever que haja vantagens em reforçar a autonomia económica das famílias pelas mulheres, valorizando assim o meio familiar: a saúde, a alimentação ou a educação dos filhos.

As expectativas das mulheres inscritas no curso têm a ver com os conhecimentos e as técnicas que lhes possam proporcionar rendimentos, quer sejam directamente através da venda ou indirectamente através da poupança. Existe a noção de que as possibilidades de escoar os produtos são baixas. As expectativas estão relacionadas com o conhecimento em costura, que este lhes permita fazer os seus próprios arranjos de roupa sem ter que gastar dinheiro.

Um facto importante para esta percepção é que as entrevistadas eram todas catequistas, cumprindo o seu ano de catequese no Centro após o qual voltam para as suas terras.

Os casais de catequistas deste ano são originários de diversos locais de Moçambique²², geralmente rurais. Tal como refere Margarida Ribeiro, “estas mulheres são todas líderes nas suas comunidades”²³ mas o contexto de onde vêm é diferente.

Neste caso, há que ver como pode ser aplicada, ou sob que condições, a formação obtida no Centro. Tal como já foi referido, as opiniões recolhidas foram maioritariamente no sentido de ser difícil dar seguimento às actividades de costura uma vez regressando à terra natal, por não haver onde adquirir os materiais, por não ter máquina de costura ou por não estar tão perto de zonas turísticas.

O mesmo tipo de opiniões surgiu na sessão conjunta com os catequistas homens (esposos das formandas). O sentimento geral, repetido por vários dos presentes, foi o de não haver condições base nos locais de destino para dar continuidade ao trabalho: “*quando voltamos às comunidades, depois não usamos o conhecimento*”. Algumas opiniões foram bem claras neste sentido: “*sem continuidade a formação é um desperdício, um conhecimento que se perde*” e “*sem máquina de costura não é possível dar continuidade ao trabalho*”.

É de sublinhar que as intervenções dos catequistas foram sempre equilibradas com uma opinião muito positiva, valorizando bastante o curso (“*nós valorizamos o trabalho das nossas mulheres, fazem arranjos, podem coser, há mercado*” e “*se fazem uma peça podem usar e não gastam, ou põe no mercado e vende depressa*”). No entanto, e mesmo sendo o curso valorizado como apoio à situação económica das famílias, os catequistas expressaram reservas quanto à sustentabilidade do programa. Segundo eles, esta formação não será usada pelas suas mulheres, tal como também as mulheres dos catequistas conhecidos do ano anterior não usaram os seus conhecimentos de costura.

Mas há que matizar este ponto: é possível que este conjunto de opiniões fosse expresso com o objectivo de receber máquinas de costura como apoio à continuidade do programa.

No que respeita às raparigas, o impacto destas aulas pode ser maior. Para estas, o valor das aulas também tem um impacto económico, pois na sociedade africana elas também contribuem para as tarefas domésticas (em casa e na *machamba*) além de irem à escola.

Mas além disso, o facto de elas terem acesso a uma formação e ao desenvolvimento de um conhecimento técnico e prático pode dar a estas raparigas horizontes e perspectivas mais amplas de desempenharem algum tipo de actividade organizada que lhes permita autonomia. É possível, no caso das meninas, alcançar impactos estruturantes de longo prazo e maior alcance.

No que respeita às aulas de saúde há também situações diferentes entre as meninas e as mães. No caso das meninas, a formação em saúde começa depois, pois é mais difícil obter da parte delas atenção e dedicação, e é preferível que vejam antes alguns frutos das aulas nas aulas de costura.

²² Dos 40 catequistas presentes no Centro, 18 eram casais e 4 “iniciadas” em formação, mas que não eram formalmente catequistas.

²³ “Líderes das suas comunidades”, no sentido em que foram escolhidos entre os seus pares na paroquia correspondente.

Quanto às *mamãs*, também recebem formação da Irmã Flora, que é também Directora do Centro de Saúde Local, apesar do programa das aulas ser realizado e preparado pelo Centro. Ao início a Irmã dava a aula só às mulheres, mas apercebeu-se que para terem impacto, as aulas tinham que ser conjuntas para os membros do casal.

Segundo a Irmã Flora, o *“papel do Centro é importante. É difícil dar as aulas, porque são só 9 ou 10 meses e nestas matérias é difícil passar ideias que implicam hábitos culturais.”*. Há um grande desnível no acompanhamento dos alunos, e o ritmo das aulas é lento, sendo feitas revisões com frequência. Além disso, coloca-se ainda a questão da língua: como nem todos falam português, a aula é dada em várias línguas, o que implica repetir as ideias principais de cada língua²⁴.

No Posto Local de Saúde, e segundo as regras do Ministério da Saúde, existe a obrigação por parte de quem dá as consultas²⁵ de fazer uma palestra diária, de forma a aproveitar a presença das pessoas que aguardam pelas consultas, a fim de as sensibilizar sobre diversos temas. Estes podem ser tão variados como nutrição, cuidados preventivos ou planeamento familiar.

Isto é sinal da necessidade de reforçar a educação em saúde, e dos poucos recursos para tal. Neste sentido, é de destacar a importância e relevância das aulas de Saúde do Centro.

A análise

Já foi referido antes que um objectivo deste trabalho era incidir sobre o conjunto de relacionamentos entre os actores, quer os parceiros iniciais do projecto quer outros relacionados com o trabalho do projecto.

No projecto “Ponto por Ponto” o Centro de Promoção Humana da Guiúá está incrustado de forma muito natural no contexto local e, apesar de o Centro não ser uma organização “local” (é um Centro religioso que imana de uma missão católica), as suas actividades desempenham um papel fundamental, pois providenciam serviços e dão provisão a muitas e necessidades da população da região.

O Centro é uma referência na zona, e ajuda a estruturar o tecido social circundante.

A sua lógica de acção não segue os normais critérios e princípios da Cooperação, inserindo-se numa longa tradição baseada numa presença constante, apoiada na solidariedade, na promoção de valores humanistas e de um grande compromisso com a população.

O exemplo mais claro desta diferença refere-se à sustentabilidade. No caso deste projecto há que analisar à autonomia que é possibilitada às formandas, as alternativas de rendimento geradas ou os ofícios que aprendem, mas o apoio e as actividades levadas a cabo no Centro não desaparecerão, pois este não age numa lógica de “intervenção pontual” mas sim de longo prazo.

²⁴ É de sublinhar, e de louvar, que o Centro editou algumas das suas publicações em línguas locais.

²⁵ Devido aos poucos recursos do país, a pessoa responsável nos Postos de Saúde pelas consultas muitas vezes não é médico. No caso da Irmã Flora, apesar dos anos de experiência, é “apenas” enfermeira de formação.

Uma avaliação crítica do projecto

o grau de desenvolvimento dos objectivos e dos resultados dos projectos

O objectivo mais geral do projecto “Ponto por Ponto” é proporcionar formação a mulheres e raparigas em costura em saúde.

Esse objectivo está a ser realizado, e o número total de inscritas supera mesmo o proposto. A adesão das raparigas está a ser elevado, e apesar de nem todas irem com a mesma frequência às aulas pode-se considerar um êxito a dinâmica e o entusiasmo gerado em torno da participação nas aulas. É de prever que em anos futuros desta formação a adesão se mantenha ou mesmo aumente, uma vez que o conhecimento sobre a existência das aulas e a divulgação que as próprias alunas fazem do curso ajudará a que outras raparigas queiram também participar.

É de notar que o desenvolvimento deste objectivo poderá ser tanto maior quanto mais se divulgue os cursos e se tenha mais mulheres de origens e comunidades diferentes como formandas no Centro de Promoção Humana.

Noutro plano está o conjunto de objectivos relacionados com os impactos e resultados alcançados posteriormente e em sequência da formação.

Não é ainda possível quantificar com exactidão os efeitos ao nível das alternativas futuras que este curso permite às formandas, mas é possível dizer que o curso é bem recebido pelos beneficiários e lhes dá ferramentas às quais eles reconhecem validade e utilidade.

Por outro lado, estão as dúvidas quanto à sustentabilidade do projecto, reiteradas pelos próprios beneficiários, no que toca à manutenção das actividades por parte das formandas depois de terminada a formação – isto pode impossibilitar que as melhoras no rendimento da população se verificarem.

Os benefícios colhidos ao nível da educação na área da saúde são elevados, face ao pouco esclarecimento e à grande necessidade existente de mais conhecimentos em áreas como cuidados de higiene básica, cuidados na transmissão de doenças, nutrição e outros, que são todos abordados na formação.

o grau de inovação das abordagens implementadas

Este projecto não necessita de recorrer a novas abordagens ou a técnicas inovadoras para prosseguir os seus objectivos. As suas linhas de acção são clássicas: formação em áreas chave e onde ela não existe. As áreas de formação escolhidas, mesmo não sendo inovadoras no campo do desenvolvimento, implicam o cruzamento de um conjunto de problemáticas mais recentes, como seja o tema do género ou a utilização de micro projectos para geração de rendimento.

a sustentabilidade dos projectos

Relativamente a este ponto não existe total garantia de que a sustentabilidade do projecto esteja assegurada.

Se encararmos a sustentabilidade desde a perspectiva da mera continuidade das actividades depois do financiamento do projecto terminar, é espectável que o Centro de Promoção Humana dê seguimento a novos cursos no futuro, dado o volume de actividades que já existem e ao compromisso de longo prazo que os une a Moçambique e às suas gentes.

Além disso, e devido ao seu envolvimento com as comunidades circundantes, o Centro manterá seguramente um contexto de apoio às formandas depois dos 2 anos de formação.

Se encararmos a sustentabilidade como “o que fica” depois de o projecto terminar, como o conjunto de capacidades, ferramentas e conhecimentos facilitados pelo Centro, é igualmente claro que estes estão a ser transmitidos aos formandos e que estes os associam a uma utilidade practica (mais no caso da formação em saúde) e futura (no caso da costura).

No entanto, parece faltar um passo no sentido de garantir a sustentabilidade do modelo. A formação neste projecto é o meio para um conjunto de objectivos, um deles é “*formar as mulheres num ofício que lhes é útil no dia-a-dia, que lhes permita um modo de subsistência, através da confeção de roupas e/ou peças de artesanato*”. Ou seja, se as mulheres não se autonomizarem e derem seguimento elas próprias à practica de costura, a formação e os conhecimentos adquiridos perdem-se e boa parte dos benefícios futuros não se verificarão.

Parece haver dificuldade em dar este passo, em parte por condicionantes externas ao projecto, como o contexto de pobreza circundante (as pessoas não terem dinheiro para adquirir máquinas de costura) e a falta de iniciativa da população (falta de alternativas gera dinâmicas de pouco empreendedorismo).

Outro objectivo do projecto, que era encetar uma parceria com os estabelecimentos turísticos hoteleiros da região, ainda não foi realizado e poderia ser uma via interessante para a sustentabilidade do projecto.

a coordenação com outros projectos e actores, locais e internacionais;

O projecto “Ponto por Ponto com Saúde” resulta de uma parceria com a Associação Mãos Unidas Padre Damião, que tem experiência e muitos projectos no país. A experiência nestes projectos próximos às comunidades locais é particularmente importante no momento de identificar as necessidades e planificar um projecto que responda eficazmente aos problemas.

Além da coordenação com a AMUPD, o Centro de Promoção Humana tem ligação com um rede internacional de voluntarios que se deslocam ao Centro para apoiar actividades do Centro, o que permite ter pessoas disponíveis e traz novas perspectivas ao conteúdo das mesmas. Com as autoridades locais, as principais relações do Centro são com a escola e o posto de saúde.

A coordenação com a Escola Local Completa da Guiúá é estreita e estimada tanto pela Escola como pelo Centro, sendo que o Padre Diamantino faz parte do Conselho da Escola e várias actividades são organizadas em conjunto. Segundo o Director Calton, *“a partir deste modelo (Escola e o Centro), muita gente quer ser como a nossa escola”*. A seleção das raparigas para o curso de costura tem funcionado e gerado uma cultura baseada no aproveitamento escolar.

É relevante reflectir sobre algumas questões levantadas na entrevista com o Director da Escola. A primeira prende-se com o relato de uma situação similar ao projecto “Ponto por Ponto” e à formação em costura. O curso de informática ministrado aos professores da Escola, mesmo sendo visto como uma boa iniciativa, terá fornecido conhecimentos básicos mas que não puderam ser posteriormente utilizados pelos próprios, por não terem computadores na escola. Segundo o Director, se houvesse computadores na escola os professores podiam *“organizar o trabalho da Escola e suas avaliações no computador e deixavam tudo registado lá. Assim gerou frustração... ficaram sem moral porque não puseram em prática o conhecimento.”*

Neste caso, um protocolo entre o Centro e a Escola em que os seus professores tivessem um horário disponível para usar a sala de computadores do Centro, poderia ter sido uma solução de futuro que facultava aos professores terem os seus ficheiros organizados e o trabalho da Escola informatizado.

É preciso ponderar o lado negativo do modelo das formações, pois pode gerar falsas expectativas aos beneficiários.

Outra situação está relacionada com o efeito secundário de uma coordenação através das autoridades locais. Na mesma entrevista, soube-se que a Direcção Provincial de Educação tinha recentemente enviado uma comunicação formal à escola solicitando informação sobre os cursos de costura. Sendo este um sinal positivo de interesse por parte do Estado numa parceria gizada a nível local, demonstra como a autoridade local (a Escola) durante o tempo de execução do projecto (mais de um ano) ainda não tinha informado a Direcção Provincial da sua parceria com o Centro. Uma consequência desta falha de coordenação é a deficiente alocação de recursos pelo território, pois esta é tendencialmente maximizada se houver uma coordenação central das necessidades e recursos existentes – que deve ser feita pelo Estado. Este facto é exclusivamente imputável à Escola, mas uma comunicação próxima entre os agentes de cooperação e a autoridade central permite uma mais eficaz alocação e utilização dos recursos.

Quanto ao Posto de Saúde, configura uma importante relação com outro actor local, e um objectivo é aumentar o número de inscrições de mulheres neste Posto. A relação entre o Centro e o Posto de Saúde é próximo, uma prova disso é a Directora do Posto dar as aulas no Centro.

Um factor a melhorar seria a articulação sobre o programa de formação das aulas de Saúde. Seguramente que entre o Plano Nacional de Saúde de Moçambique e o Centro de Promoção

Humana há muitos objectivos comuns. Seria benéfico que houvesse coordenação entre eles de forma a harmonizar e alinhar a formação prestadas à população por parte das 2 instituições.

4 – Notas finais

Mesmo sendo este estudo apenas uma avaliação intermédia dos projectos “Árvore da Esperança” e “Ponto por Ponto com Saúde”, foi possível fazer uma avaliação crítica sobre os diferentes modelos empregues pelos projectos.

Os impactos destes projectos apenas poderão começar a ser analisados após o final dos dois anos de apoio da Fundação, e a sua valoração terá que ponderar as especificidades de cada um e a maturidade necessária das suas acções no terreno.

Os projectos analisados, bem diferentes na sua concepção teórica e prática, bem como no âmbito da sua acção, reúnem entre eles algumas das mais importantes características em projectos de desenvolvimento: uma concepção bem elaborada, uma boa definição das necessidades dos beneficiários, um grande envolvimento no meio circundante, actividades bem delineadas e direccionadas nas áreas de trabalho, e um forte compromisso com os beneficiários. O conjunto de valores existente nestes dois projectos compõe uma importante mais-valia para o país.

A importância deste tipo de financiamento a pequenos projectos, num modelo de cooperação descentralizada, passa por uma implementação mais direccionada e por uma relação mais directa entre o financiador, as ONG's e os beneficiários.

Há vantagens claras neste modelo: a relação próxima com organizações que trabalham directamente no terreno dá mais flexibilidade de acção e um maior nível de incidência nas áreas específicas de cooperação. A cooperação descentralizada permite também apreciar e avaliar de forma muito mais clara a relação entre os apoios prestados e os projectos apoiados, especialmente no caso de uma Fundação.

Independentemente dos êxitos maiores ou menores dos projectos analisados, é preciso afirmar a importância de assumir o risco como elemento de transição para a inovação, pois não é possível ter inovação sem um nível mínimo de risco. Este risco deverá ser entendido como factor determinante para as mudanças estruturais que se pretendam alcançar.

Deve haver espaço para os projectos arrojados, capazes de definir modelos complexos de cooperação e de ter uma visão de longo prazo com novas ideias e novas formas de acção.

Esta perspectiva deve obviamente ser acompanhada pelas garantias necessárias da solidez das propostas realizadas e da real incrustação dos projectos no campo de intervenção.

Ao mesmo tempo, é preciso preservar o espaço da proximidade, das organizações de base com relações estreitas com as populações, do compromisso com as comunidades, o espaço da cooperação no seu sentido mais genuíno de parceria para o desenvolvimento. O espaço dos micro-projectos em que as relações humanas são o motor das iniciativas e em que o desenvolvimento é um factor natural decorrente da prática do dia-a-dia.

Esta proximidade permite às organizações promotoras uma melhor avaliação dos contextos e das necessidades das populações, bem como uma maior flexibilidade e capacidade de resposta às normais e sempre presentes adversidades do trabalho num país em desenvolvimento.

Até porque estes são muitas vezes os projectos que têm mais dificuldade em encontrar apoios: estruturas mais pequenas, menos profissionalizadas, onde não existe a mesma sistematização e apresentação de informação, onde a simples apresentação de propostas pode revelar-se já uma dificuldade em si mesmo²⁶.

Outro ponto absolutamente crucial na análise destes projectos foi a sua relação com as autoridades governativas e técnicas do Estado. Uma das críticas comuns à cooperação descentralizada é a forma como esta surge como uma canalização de recursos paralela aos canais centrais de distribuição do Estado, escapando à coordenação ponderada das necessidades e dos recursos do país.

Este aspecto configura a crítica mais forte aos projectos observados: a coordenação com as entidades do país é claramente o que mais falha em termos da implementação destes projectos: se no caso da “Árvore da Esperança” na sua concepção articula com instituições do Estado (mesmo não tendo depois total correspondência com a realidade), no caso do “Ponto por Ponto”, esta articulação não estava sequer contemplada, havendo sinais de consequências negativas deste facto.

NO PARPA II²⁷, um documento de grande importância num país com níveis de pobreza e maltruição tão elevados como Moçambique, é dado o alerta para o risco da “*criação de distorções dentro do sector público devida à proliferação de projectos*”, bem como para a necessidade de “*coordenação e sistematização dos fluxos de informação entre os parceiros de cooperação, o MINEC, os sectores recipientes, e outros órgãos do Estado*”.

Esta noção dos riscos existentes, por parte de quem define as políticas públicas em Moçambique, demonstra uma percepção clara da necessidade de coordenação entre os actores de cooperação.

É portanto necessário reforçar junto dos projectos apoiados, especialmente no caso de cooperação descentralizada, o elemento de coordenação com actores locais (estatais ou não

²⁶ Situação à qual a Fundação Calouste Gulbenkian já deu resposta ao criar o “Mecanismo de apoio à elaboração de projectos de cooperação para o desenvolvimento”

²⁷ Aprovado em 2006, o PARPA II (Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta) corresponde ao período de 2006 a 2009. Actualmente está a ser preparada a actualização deste documento. Para ter acesso ao PARPA II visitar o endereço [Http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d61761.pdf](http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d61761.pdf)

estatais): é preciso articular os objectivos da cooperação com as políticas do país de implementação, e a sua acção de forma concertada com os beneficiários.

Também no caso das Fundações, actores cada vez mais importantes na cooperação, a proximidade com os actores e beneficiários não pode substituir a necessidade de coordenação.

Bibliografia

“Desempenho de cientistas aflige direcção do IIAM”. *Notícias de Maputo*, artigo pág. 26. Nº 28175 de 12 Maio de 2011.

“Lanche nas escolas para “reter” alunos”. *O País*, de 12 de Maio de 2011.

“Persistem lacunas na fiscalização da ajuda externa pelos parlamentos da SADC”. *O País*, artigo pág. 5, de 6 de Maio de 2011.

Bebbington, Anthony and Hickey, Samuel and Ritlin, Diana (2008) *Can NGO's make a difference? The challenge of development alternatives*, Zed Books

Brito, Luís de e Castel-Branco, Carlos Nuno e Chichava, Sérgio e Francisco, António (coord.) (2010) *Desafios para Moçambique 2010*. IESE Instituto de Estudos Sociais e Económicos

Brito, Luís de e Castel-Branco, Carlos Nuno e Chichava, Sérgio e Francisco, António (coord.) (2011) *Desafios para Moçambique 2011*. IESE Instituto de Estudos Sociais e Económicos

Cabral, Mara N. e Sangreman, C. (2011), *Guia das ONGD portuguesas*, Lisboa.

Campos, Inês (2011) A eficácia da ajuda ao desenvolvimento é o futuro. *Le Monde Diplomatique Edição Portuguesa*, artigo pág. 4. Nº 53 de Março de 2011.

Conselho de Ministros da República de Moçambique (2006), Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (PARLA II).

http://www.pap.org.mz/downloads/parpa_ii_aprovado_pt.pdf

Degnbol-Martinussen, J. and Engberg-Pedersen, P. (2003), *Aid: Understanding International Development Cooperation*, Zed Books Ltd, London (Caps. 2, 3, 4, 5, 12)

Easterly, W. (2006), *The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest have Done so Much Ill and so Little Good*, Oxford University Press, Oxford (Biblioteca ISEG)

Hafteck, Pierre (2003), “An Introduction to Decentralized Cooperation: Definitions, Origins and Conceptual mapping”, *Public Administration and Development*, vol.23, pp.333-345

Hulme, David (2010) *Global Poverty – How global governance is failing the poor*, Ed. Routledge

Hummelbrunner, Richard (2000) *A systems approach to Evaluation – Applications of Systems theory and Systems thinking in Evaluation*, Paper prepared for the 4th EES Conference

Manning, Carrie and Malbrough, Monica (2010) , “Bilateral donors and aid conditionality in post-conflict peacebuilding: the case of Mozambique”, *The Journal of Modern African Studies*, vol. 48, pp 143-169

Marques, P.M.F. (2007), *Las ONGD en la crisis del desarrollo, el caso de Portugal*, (resumo e índice) Tese de doutoramento, Universidade de Córdoba, Espanha.

McGillivray, M. (2005), “What Determines African Bilateral Aid Receipts?”, *Journal of International Development*, Vol. 17, 1003–1018

Pereira, Plácido Nerino (2010) *Balanço da vertente desconcentração no processo de descentralização em Moçambique*, Documento do Ministério da Administração Estatal – Direcção nacional de Administração Local

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2011, Março), “*Mozambique Quick Facts March 2011*”. Obtido em <http://www.undp.org.mz/en/Publications/National-Reports/Mozambique-Quick-Facts>

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2011, Março), “*Analysis of Poverty Mozambique March 2011*”. Obtido em <http://www.undp.org.mz/en/Publications/Other-Publications/Analysis-of-poverty-in-Mozambique>

Rebola, Elisabete C. C. (2004), *Funcionamento e Sustentabilidade das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento, em Portugal*, (resumo e índice) Tese de Mestrado, ISEG/Universidade Técnica de Lisboa.

Ribeiro, M. (2002), *Uma leitura das ONGD portuguesas no inicio do século XXI : trajetória e dinâmicas*, Lusotopie, 2002/1 : 131-143.

Riddell, Roger C. (2008), *Does Foreign Aid Really Work?*, Oxford University Press, Oxford (Caps. 2, 3, 4, 5, 6, 14, 20, 21)

Ridrel, Roger C. (2008) *Does Foreign Aid really work*, Oxford Press

Rocha, Aurélio (2006) *Moçambique, História e Cultura*, Texto Editores

Sangreman, Carlos (coord.) (2010) *A cooperação Descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos – os casos de Cabo Verde e da Guiné Verde*. Edições CEAs e ACEP

Thiele, Rainer; Nunnenkamp, Peter and Dreher, Axel (2007), *Do Donors Target Aid in Line with the Millennium Development Goals? A Sector Perspective of Aid Allocation*, Kiel Institute for the World Economy

UNCTAD (2008), “Official Development Assistance for the MDGs and Economic Growth,” in Trade and Development Report, New York and Geneva, Cap. V, pp. 133-167

Xavier, Kátia (2009) *Turismo e Desenvolvimento Humano na Província de Inhambane* Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG)

Fontes orais

Para concretizar este trabalho foi necessário realizar diversos contactos exploratórios, entrevistas e reuniões de planificação e, sobretudo, de recolha de informação. Muitas delas foram encontros informais, entrevistas não estruturadas com beneficiários e várias pessoas que contribuíram com informação valiosa para este trabalho, constituindo uma importante fonte de informação oral. Segue-se uma lista desses contactos.

Fontes orais relativas ao projecto “Árvore da Esperança”:

Terça-feira dia 22 de Março

Reunião de apresentação na Fundação Gulbenkian com a Dr^a Maria Esperança e o Dr. Ahmen Zahky, do Instituto Marques Vale Flôr

Sexta-feira dia 8 de Abril

Reunião com a Dr^a Hermínia Ribeiro e a Dr^a Maria Esperança, na sede do Instituto Marquês Vale Flôr, em Lisboa

Terça-feira dia 3 de Maio

Reunião nos escritórios do Instituto Marquês Vale Flôr em Maputo; trabalho preparatório sobre as visitas e reuniões a realizar

Quinta-feira dia 5 de Maio

Reunião da Embaixada Portuguesa com Dr. Fernando Carvalho, ex-comissário para a Cooperação

Terça-feira dia 10 de Maio

Visita à Vila da Namaacha

Reunião com o Dr. Júlio Matlombe, Administrador do CIDE (Centro de Investigação e Desenvolvimento em Etnobotânica)

Visita ao Hospital Distrital e Direcção Distrital de Saúde de Namaacha, incluindo reunião com a Dr^a Leopoldina Ferreira, Directora Distrital de Saúde

Reunião com a Dr^a. Arlete, Directora do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE) Posto Administrativo de Changalane (Dr^a Ivone, Chefe do Posto Administrativo não compareceu à reunião)

Visita ao campo de cultivo de moringa em Mahelane, contacto com os camponeses locais

Quarta-feira dia 11 de Maio

Visita à Namaacha

Reunião com Sr. Buque, do Posto Administrativo de Mahelane

Visita aos campos de cultivo de moringa em Mandevo, contacto com os camponeses locais

Encontro com Sr. Moisés, da direcção da associação de camponeses ACAMPUTO

Reunião com a Irmã Maria Rosa da Caritas Alemanha

Quinta-feira dia 12 de Abril

Entrevista com Dr^a Tatiana Marrufo e Eng. David Melo respectivamente Investigadora e técnico agrícola do projecto

Reunião final com Alberto Rocha, coordenador do IMVF em Moçambique

Fontes orais relativas ao projecto “Ponto por Ponto com Saúde”:

Segunda-feira dia 28 de Março

Reunião de apresentação na Fundação Gulbenkian, com o Sr. Mário Nogueira da Ass. Mãos Unidas Padre Damião

Quarta-feira dia 30 de Março

Reunião com Mário Nogueira, na sede da Associação Mãos Unidas Padre Damião, em Lisboa

Segunda-feira dia 25 de Abril

- Afazeres logísticos com a equipa do Centro de Promoção Humana em Inhambane. Primeira visita ao mercado central de alimentos e de artesanato de Inhambane;

- Visita guiada ao Centro de Promoção Humana da Guiúá: salas de aula, salas de informática, salas de costura, biblioteca, escolinha das crianças e restantes instalações do Centro

- Visita a Maxixe, ao mercado de alimentos e artesanato e à Loja Solidária

- Reunião de planificação com Margarida Ribeiro e com o Padre Diamantino

Terça-feira dia 26 de Abril

- Apresentação aos catequistas e alunas dos cursos do Centro PH da Guiúá

- Visita às machambas (“hortas”) dos catequistas do Centro PH da Guiúá

- Ida ao mercado da Guiúá e apresentação a uma das formadoras de costura do Centro PH da Guiúá

- Observação da aula de costura das “mamãs” e primeiras impressões

- Conversa e entrevista com a Irmã Teresa, uma das formadoras de costura

- Visita ao monumento em memória das vítimas do massacre de 1992

- Primeira visita ao Posto Local de Saúde, apresentação à Irmã Flora (Directora do Posto de Saúde e formadora de Saúde no Centro de PH), visita ao Centro de Pesagem e à Maternidade

- Observação da aula de costura das raparigas

Quarta-feira dia 27 de Abril

- Reunião com o director da Escola Primária Completa da Guiúá, sr. Calton

- Sessão com os catequistas (formandos das aulas de Saúde e esposos das formandas de costura)

- Aula de Saúde (mista), no Centro de PH

- Entrevista com Irmã Flora

Quinta-feira dia 28 de Abril

- Visita à Escolinha

- Aula de costura das “mamãs” – entrevistas individuais

Sexta-feira dia 29 de Abril

- Visita ao Posto de Saúde: acompanhamento de consultas e ao atendimento público

- Visita à maternidade: acompanhamento de consultas e atendimento público (seguimento a grávidas e a consultas de planeamento familiar) com a Enfermeira de Serviço

- Encontro com Padre Diamantino e visionamento dos materiais preparados para aulas de saúde

- Aula de costura das “mamãs” – entrevistas colectivas e individuais

Fontes orais de âmbito geral e de contextualização política e social no país:

Sexta-feira dia 22 de Abril

*Reunião com a Dr^a Dirce Costa, consultora de projectos na empresa Austral em Moçambique
Reunião com o Prof. João Mosca, sociólogo e professor universitário em Moçambique*

Quinta-feira dia 28 de Abril

Reunião com a Dr^a Amida, funcionária na PathFinder em Moçambique

Terça-feira dia 3 de Maio

Reunião com a Dr^a Rui González, ex-autarca de Maputo

Sexta-feira dia 6 de Maio

Reunião com a Dr^a João Schwalback, professor e médico, em Maputo

Quarta-feira dia 11 de Maio

Reunião com a Dr^a Bela Matias, da Representação da Comissão Europeia em Moçambique

Terça-feira dia 10 e Quinta-feira dia 12 de Maio

Reuniões e recolha de informações junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Administração Estatal

Como parte integrante da recolha de informação, foi preparada uma base de questionários a ser utilizada nas reuniões e entrevistas não estruturadas a realizar. Esta base destinava-se apenas a ser usada como referência e para efeitos de estruturação da informação a ser recolhida.

Questionário relativo ao projecto “Ponto por Ponto com Saúde”

Associação Mãos Unidas Padre Damião

(Mário Nogueira, Director da AMUPD; Margarida Ribeiro coordenadora no Centro de Promoção Humana da Guiúua)

Pergunta 1 – Qual é a relação com os Missionários da Consolata?

Pergunta 2 – Têm mais projectos em comum?

Pergunta 3 – Como surgiu a ideia do projecto “Ponto por Ponto com saúde”?

Pergunta 4 – Como foram identificadas as necessidades e são discutidos os novos projectos e formações que surgem?

Pergunta 5 – Que dificuldades encontrou na implementação do projecto?

Pergunta 6 – Que sucessos teve o projecto até aqui?

Formandas da missão

Pergunta 1 – Como conheceu o Centro da Guiúua? E como foi seleccionada para cá vir?

Pergunta 2 – Qual é o curso que gosta mais? Era o que queria ou preferia outro?

Pergunta 3 – Tenciona aplicar ou já aplicou alguma das coisas que aprendeu aqui depois de terminar a formação? Como?

Pergunta 4 – Se não estivesse nesta formação, o que estaria a fazer agora?

Pergunta 5 – Conhece alguém que não esteja a frequentar estas formações e que gostasse de o fazer?

Pergunta 6 – Lembra-se como era antes de existir o Centro? O que mudou ao nível da sua comunidade?

Pergunta 7 – Como imagina a sua comunidade e região quando terminarem as formações do Centro?

Posto Local de Saúde

(Irmã Flora, Directora do Centro de Saúde, dependente da Direcção Regional de Saúde)

Pergunta 1 – Como vê o papel do Centro de Promoção Humana para a região da Guiúua?

Pergunta 2 – Como se relacionam o Centro da Guiúua e o Centro de Saúde?

Pergunta 3 – É possível adquirir em mais algum local, nesta região, a formação que é dada no Centro?

Pergunta 4 – Houve coordenação prévia com o Centro na definição das formações na área da saúde?

Pergunta 5 – Acha que o trabalho do Centro da Guiúia se integra bem no que faz o Posto?

Pergunta 6 – Se pudesse mudar algo no trabalho do Centro da Guiúia, o que seria?

Escola Primária Completa Local

(Director da Escola Primária Completa Local, Sr. Calton)

Pergunta 1 – Como valoriza o trabalho do Centro de Promoção Humana da Guiúia?

Pergunta 2 – Como se relacionam o Centro da Guiúia e a Escola?

Pergunta 3 – As crianças que têm formação no Centro têm melhores resultados na escola?

Pergunta 4 – Há outras formações que fossem relevantes para a Escola? Como acolheu a ideia da formação em costura?

Pergunta 5 – Acha que o trabalho do Centro da Guiúia se integra bem no que faz a Escola?

Pergunta 6 – Se pudesse mudar ou melhorar algo no trabalho do Centro da Guiúia, o que seria?

Escola de Hotelaria da Universidade Eduardo Mondlane (Estabelecimentos turísticos e hoteleiros)

(não se verificou)

Pergunta 1 – Como vê o trabalho realizado no Centro de Promoção Humana da Guiúia?

Pergunta 2 – Os produtos lá produzidos são vendidos nos estabelecimentos turísticos da zona?

Pergunta 3 – Como acha que a formação lá prestada pode contribuir para o desenvolvimento da actividade turística da região?

Mercados locais e vendedores da cidade (não se verificou)

Perguntas / observação:

- Tentar perceber se os produtos do Centro lá são vendidos;

- Onde são produzidos os que lá são vendidos

Questionário relativo ao projecto “Árvore da esperança”

Instituto Marquês Vale Flôr

(Dr. Alberto Rocha, coordenador do IMVF em Maputo, Dr.^a Tatiana Marrufo e Engenheiro David Melo)

Meter questões da entrevista oral do último dia

Pergunta 1 – Qual é a relação com o CIDE?

Pergunta 2 – Como surgiu a ideia do projecto “Árvore da Esperança”?

Pergunta 3 – Como foram identificadas as necessidades e como foi discutido o projecto?

Pergunta 4 – Como têm sido desenvolvidos os questionários de saúde e nutrição?

Pergunta 5 – Como irá ser desenvolvido o eixo de formação do projecto?

Pergunta 6 – Que dificuldades têm encontrado na implementação do projecto?

Pergunta 7 – Que sucessos teve o projecto até aqui?

CIDE (Centro de Investigação e Desenvolvimento em Etnobotânica)

(Dr.^a Adelaide, Directora do CIDE; Dr. Júlio)

Questão 1 – Como surgiu o projecto da moringa?

Questão 2 – Porque recorreram ao IMVF?

Questão 3 – Como se enquadra a moringa na estratégia de desenvolvimento rural e outros planos governamentais?

Questão 4 – Com que outras instituições se coordenam para implementação deste projecto?

Serviço Distrital de Actividades Económicas

Questão 1 – Qual a situação geral do Distrito a nível agrícola?

Questão 2 – Que coordenação tiveram com o CIDE a propósito da introdução de moringa no Distrito?

Questão 3 – Como se enquadra a moringa nos planos de desenvolvimento agrícola da região?

Direcção Distrital de Saúde

(Dr.^a Ivone, Directora do CIDE; Dr. Júlio)

Questão 1 – Que coordenação existe com o CIDE a nível da definição e implementação do projecto?

Questão 2 – Que monitorização existe sobre o estado nutricional da população da região?

Questão 3 – Que medidas vão ser tomadas para introdução da moringa na vida das pessoas?

Beneficiárias e beneficiários (200 mulheres formandas)

(não se aplicou)

Autoridades sanitárias e de acção social da região (selecção das formandas)

(não se aplicou)

Autoridades religiosas (Irmã Maria Rosa, mentora da ACAMPUTO)

(perguntas de contexto e situação geral da região)

Questão 1 – Que coordenação existe com o CIDE a nível da definição e implementação do projecto?

Posto Administrativo de Chalangalane (...)

Questão 1 – Que coordenação existe com o CIDE a nível da definição e implementação do projecto?

Questão 2 –

ACAMPUTO

Questão 1 – Que coordenação existe com o CIDE a nível da definição e implementação do projecto?

Questão 2 – Que monitorização existe sobre o estado nutricional da população da região?

Comerciantes nos mercados locais da cidade, com e sem relação com a venda de moringa

(não se aplicou)

Outros produtores de moringa

(não se aplicou)

Outras ONG's a trabalhar na região

(não se verificou)

ANEXO

O resultado da avaliação realizada em Moçambique gerou diversas recomendações, tanto à Fundação Calouste Gulbenkian como financiadora dos dois projectos, como às ONG's que os implementaram.

O processo de preparação, análise e observação directa debruçou-se tanto sobre os aspectos mais estruturais dos projectos como dos seus detalhes técnicos e de implementação prática.

Não obstante as Notas Finais deste trabalho, já apresentadas e que consubstanciam a tese principal que nele se apresenta – que a cooperação descentralizada, independente dos modelos escolhidos, tem sérios riscos de um impacto negativo ao nível da fase de implementação – estas recomendações representam um importante corpo de conclusões que complementam as Notas Finais. Elas são a súpula de pequenas ineficiências, inoperâncias e ineficácias dos projectos, ou noutros casos, e pela positiva, caminhos alternativos que se sugerem para melhoria dos resultados desejados.

São ainda uma boa demonstração do tipo de problemas vividos pelos projectos, bem como do tipo de soluções que na nossa opinião poderiam ser implementadas.

Devido a estas diferentes perspectivas (a da concepção teórica e o da aplicação prática), a leitura das Recomendações que se apresentam de seguida deve ter como princípio que elas se enquadram numa análise detalhada dos problemas referidos durante este trabalho, e que apenas fazem sentido pensadas sob o ponto de vista de um esforço de contínua melhoria dos dois projectos que serviram de estudo de caso para este trabalho.

RECOMENDAÇÕES AO PROJECTO “ÁRVORE DA ESPERANÇA”

RECOMENDAÇÃO 1

Aprofundar a relação com o Centro Distrital de Saúde de forma a potenciar os impactos e a abertura da população à faceta nutricional do projecto (informação e sensibilização sobre hábitos alimentares e benefícios da moringa)

Face à evidente dificuldade em conseguir que as pessoas adiram ao cultivo de moringa (ver “grau de desenvolvimento dos objectivos e dos resultados do projecto” na análise dos critérios de avaliação), uma maior proximidade com o Centro Distrital pode dar um apoio precioso na divulgação da moringa. Uma integração nas sessões de esclarecimento sobre nutrição que o Centro de Saúde já realiza, bem como o alcance destas, pode permitir ao projecto (e à moringa) ganhar uma projecção mais difícil de atingir de outra forma.

Nesse sentido, a formação prevista na memória descritiva do projecto (objectivo 4.2) pode ser mais eficaz se ministrada aos técnicos do Centro Distrital de Saúde, tendo na mesma (indirectamente) como destino final os beneficiários originais, mas obtendo um efeito multiplicador.

Além do que seja feito em termos de divulgação, a coordenação com o Centro Distrital de Saúde pode permitir também uma análise mais precisa do impacto da introdução da moringa nos índices nutricionais do distrito. Sugere-se uma planificação conjunta dos métodos de análise e levantamento de dados sobre a utilização da moringa na alimentação das pessoas. Através da monitorização nutricional que já é realizada pelo Centro, deverá ser possível definir grupos alvo, grupos de controlo e dar seguimento a um levantamento futuro sobre impacto nutricional.

RECOMENDAÇÃO 2

Dar corpo, conteúdo e seguimento à relação com o Serviço Distrital de Actividades Económicas

O trabalho de campo e o alcance de uma rede de agentes agrícolas com prática de divulgação e trabalho junto das comunidades fazem do SDAE um parceiro incontornável neste projecto. Vários sub-objectivos podem ser alcançados: a identificação de novos terrenos, de potenciais novos produtores, a disseminação da moringa como árvore de cultivo complementar à produção local, um maior alcance e contacto com a população levando mais longe e a mais pessoas a moringa, entre outros.

RECOMENDAÇÃO 3

(na sequência das recomendações 1 e 2)

Reconhecimento e enquadramento institucional das aplicações e benefícios da Moringa

Já foi referido como o trabalho de base e o enquadramento local com a população é fundamental num projecto em que se pretende introduzir algo de novo na vida das pessoas. Mas uma vez comprovando as qualidades científicas da moringa, e tendo certezas sobre as suas mais-valias, é preciso encontrar no Estado e nas entidades competentes (autoridades sanitárias, de saúde, nutricionais) parceiros activos na sua promoção.

É aconselhável que haja uma *educação sobre as qualidades da moringa* que tenha uma componente de incidência a nível das instituições de saúde e de agricultura¹. Vários representantes de autoridades mencionaram a sua incapacidade de ir mais além de pequenas acções e boas intenções, e apesar do reconhecimento das qualidades da moringa, a inexistência de um claro entendimento e reconhecimento técnico-científico destas qualidades não permite dar esse passo².

¹ Refiro-me aqui a “incidência” no sentido de *advocacy*: não se pretende que esta ideia dilua a importância do trabalho de base no terreno mas, por exemplo, o contacto directo com o departamento responsável no Ministério da Saúde pelo programa de nutrição, no sentido de o sensibilizar para a introdução da moringa nos planos nutricionais da região, pode revelar-se bastante eficaz e estruturante no longo prazo.

² A Dr.^a Leopoldina Ferreira, directora da Direcção Distrital de Saúde referiu “não ter directrizes” e “depende de cima” para incluir a moringa como elemento das acções de sensibilização nutricional na sua área. Também a Dr.^a Arlete Macuácuá, do SDAE referiu que esta planta não é facilmente enquadrável tecnicamente nas acções dos seus expansionistas visto estar registada pelo Ministério da Agricultura como uma “árvore” e não como uma planta agrícola.

RECOMENDAÇÃO 4

Formalizar o acordo de cedência do terreno de Mahelane e termos da respectiva utilização com o Sr. Buque, Chefe do Posto Administrativo Local

Tal como sugerido pelo próprio Sr. Buque durante a reunião mantida antes da visita aos campos, é importante formalizar o acordo realizado entre o projecto e a comunidade. Esta formalização deve reflectir a cedência do terreno mas também a forma como este deverá ser gerido localmente. Este tipo de relação pode ajudar a manter no futuro os compromissos alcançados durante a implementação do projecto¹.

¹ O contexto observado no terreno indica que alguns compromissos podem ser frágeis e depender de vários factores que não estão nas mãos do projecto. Segundo o técnico David Melo: “(na comunidade) quando vêm pessoas brancas, as pessoas geralmente dizem o que elas querem ouvir”.

RECOMENDAÇÃO 5

Ponderar a efectiva construção das eiras de transformação

Só fará sentido construir as eiras se forem identificados beneficiários realmente empenhados na sua utilização. De acordo com a fase de produção que ainda seja possível alcançar até ao final do projecto, será também possível perspectivar se existe ou não aplicação prática imediata para as eiras. Se estes pressupostos não se cumprirem pode ser preferível não as construir, até por isso representar um uso mais racional dos recursos.

Paralelamente, e dado o reduzido nível de participação e envolvimento das populações no cultivo de moringa (pelo menos até à data), seria aconselhável que as eiras, a ser construídas, fossem deixadas para propriedade não das comunidades mas sim do CIDE, a par com a responsabilidade sobre a sua manutenção.

RECOMENDAÇÃO 6**Dar rapidamente seguimento ao objectivo de formação em técnicas do projecto**

Tal como atrás referido, a formação prevista na memória descritiva do projecto (objectivo 4.2) pode ser mais eficaz se ministrada aos técnicos do Centro Distrital de Saúde, tendo na mesma (indirectamente) como destino final os beneficiários originais, mas obtendo um efeito multiplicador. Tendo em conta os vários passos necessários para a implementação de um programa de formação em técnicas de cultivo, é urgente iniciar o mais rapidamente possível o trabalho sobre o eixo de formação.

RECOMENDAÇÃO 7**Formalizar os acordos realizados com os parceiros no terreno**

A sistematização das relações entre o projecto (seja pela mão do IMVF ou do CIDE, mas especialmente deste último) e as entidades envolvidas podem ir mais além da formalidade. Num espaço de tempo curto para um projecto com um elevado nível de complexidade, os laços que se possam estabelecer têm que ter em conta o seu seguimento numa fase pós-implementação. Depois do fim do projecto, o que ficar escrito e formalizado entre as partes poderá facilitar o caminho para os investigadores e técnicos do CIDE.

Este ponto é válido tanto para a cedência dos terrenos de Mahelane (ver Recomendação 4), como para as relações com o Centro de Saúde e o SDAE, como ainda mais importante para a entrada dos dois assistentes técnicos para os quadros do CIDE no final do projecto.

RECOMENDAÇÃO 8**Aumentar a proximidade entre a coordenação do projecto e os actores no terreno**

Face ao nível de compromisso necessário entre os actores envolvidos, à necessidade de estabelecer vínculos entre os actores e os objectivos do projecto, bem como ao curto tempo de execução ainda restante, é aconselhável um esforço de aproximação entre a coordenação do projecto (Dr. Alberto Rocha, na sede do IMVF em Maputo) e as actividades na Namaacha.

A experiência acumulada do IMVF em Moçambique será preciosa para dar um acompanhamento eficaz e mais próximo aos técnicos do projecto (que são ainda quadros técnicos em formação) e às actividades na Namaacha.

O projecto entra agora numa fase de "pré-encerramento" (últimos 6 meses de execução), e a partir daqui já deverá ser possível visualizar o desenho do projecto mesmo depois do seu prazo formal ter terminado. Com pouco tempo e margem de manobra, é imprescindível mais presença no terreno para garantir o bom sucesso dos trabalhos.

RECOMENDAÇÃO 9**Alargamento do prazo de execução do projecto**

Recomenda-se à FCG que considere a possibilidade de alargar o prazo de execução do projecto, se os proponentes assim o desejarem e solicitarem, com vista a permitir que algumas das iniciativas levadas a cabo no mesmo sejam

concretizadas e/ou cimentadas. Tal como referido anteriormente, a necessidade de “convencer” as pessoas a mudarem hábitos alimentares, a mudarem ou complementarem os seus cultivos, a alterarem a forma de purificar a água que consomem, tudo isto leva tempo e, para rentabilizar o investimento que a Fundação já fez neste projecto, pode ser benéfico alargar o prazo de execução (execução das actividades e execução financeira) de forma a permitir a conclusão de algumas actividades.

Com um pouco mais de tempo, podem-se conseguir resultados mais significativos e maximizar o investimento realizado.

RECOMENDAÇÃO 10

Alargamento do prazo de apresentação do relatório final do projecto

Tendo em conta a complexidade do projecto “Árvore da esperança”, recomenda-se que o prazo de entrega do relatório final possa ser alargado, de forma a ter mais dados sobre o panorama final das iniciativas iniciadas pelo projecto, bem como eventuais impactos já visíveis. O desenvolvimento é um processo de longo prazo, e no caso presente os impactos do projecto serão ainda mais

Sugere-se ainda que a FCG direcione ao projecto, com vista ao relatório final, algumas perguntas concretas sobre a sustentabilidade das actividades implementadas e sobre as diligências levadas a cabo especificamente para garantir o futuro da moringa e da investigação no contexto proposto, como:

- Que actores se comprometeram a levar a cabo a promoção e divulgação da moringa na Namaacha?
- Que actividades tiveram seguimento depois do encerramento do projecto?
- Qual é a avaliação que os restantes actores fazem do projecto?

RECOMENDAÇÕES AO PROJECTO “PONTO POR PONTO”

RECOMENDAÇÃO 11

Diversificação das alunas das aulas de costura

Actualmente as *mamãs* inscritas, quer nas aulas de costura quer nas aulas de saúde, são todas catequistas que recebem a sua formação religiosa no Centro de Promoção Humana. Com todo o contacto próximo que o Centro tem com as comunidades circundantes, seria interessante que os cursos conseguissem abranger mais mulheres e com origens mais diversificadas.

RECOMENDAÇÃO 12

Alinhar o programa das aulas de saúde com o Plano Nacional de Saúde

Uma vez sublinhada a importância das aulas de saúde, é de notar também que as políticas e formações dadas pelos agentes de desenvolvimento devem estar coordenadas com as políticas do Estado, como entidade centralizadora do conjunto de decisões e perspectivas nacionais sobre os temas. A Saúde é um deles, e num país em desenvolvimento, um bem importante.

Seria positivo se o programa das aulas de saúde que são ministradas no Centro fossem coordenado com o Plano Nacional de Saúde.

RECOMENDAÇÕES AO PROCESSO DE CANDIDATURA DA FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

RECOMENDAÇÃO

Incluir uma análise de risco por parte dos projectos, nas candidaturas ao concurso de apoio a projectos lançada pela FGC

Para o processo de candidatura, recomenda-se que no formulário no qual as ONG's apresentam o seu projecto, seja incluído um ponto no qual os promotores do projecto indiquem uma "análise de risco" que demonstre e detalhe uma reflexão interna por parte da organização sobre os pontos fortes e fracos, mas principalmente as áreas de risco do projecto: riscos internos, riscos externos, áreas sensíveis e pontos-chave para o sucesso e alcance dos objectivos propostos.

Tal análise pode ajudar a perceber o nível de maturidade da reflexão feita pelas organizações proponentes.

RECOMENDAÇÃO

Definição do tipo de seguimento e avaliação depois de terminado o projecto

Uma das questões que poderia ser colocadas às organizações proponentes é o tipo de seguimento e monitorização / avaliação que têm planeado fazer depois do final do projecto.

Certamente que esta questão aplicar-se-à e fará mais sentido nuns casos do que noutros, mas é importante saber se existirá um acompanhamento continuado às actividades depois do final do período de execução do projecto (como sucede por exemplo no caso do projecto "Ponto por Ponto").

RECOMENDAÇÃO

Aprofundar o alcance do ponto do formulário de candidatura "Envolvimento de entidades locais (públicas e privadas) "

Este ponto é fulcral nas candidaturas propostas. Se por um lado, a incrustação dos projectos é importante na sua articulação com a população, as autoridades que lhes são mais próximas e o contexto local, também um conhecimento e articulação com as entidades públicas é fundamental tanto para o sucesso operativo do projecto como para o alinhamento dos objectivos e para a coordenação de políticas nacionais.

É por isso necessário garantir da forma mais precisa possível que os proponentes e executores têm essa relação planificada e estruturada com os parceiros – tanto privados como especialmente estatais. Propõe-se:

- Entrega de protocolos existentes entre os parceiros;
- Detalhe minucioso das relações e responsabilidades de cada parceiro na execução do projecto;

Uma forma interessante de avaliar as estratégias de parceria e o posicionamento do projecto no seu meio é pedir que este apresente uma breve referência a outros recursos similares ou complementares existentes na zona, bem como a outras actuações complementares à da candidatura proposta.

RECOMENDAÇÃO

Solicitação de uma clara definição sobre os mecanismos de inclusão dos beneficiários, tanto no projecto como nos processos de desenvolvimento por este gerados

À semelhança da recomendação anterior, deve ser solicitado às organizações que detalhem que relações têm com os beneficiários do projecto, e que tipo de consulta ou participação tiveram estes na definição do projecto.

O objectivo é procurar garantir que os projectos vão de encontro às reais aspirações dos beneficiários e das populações locais. Como nível de participação tiveram eles no processo:

- Através de um processo de consulta?
- Através da definição em parceria do próprio projecto?
- Através do conhecimento dos parceiros proponentes (empírico ou de projectos anteriores) das necessidades dos beneficiários?

Por outro lado, e independentemente do envolvimento *a priori* dos beneficiários, é importante saber se os projectos têm alguma estratégia de fortalecimento das capacidades locais, bem como para os processos de participação, para ser implementada com o projecto.

RECOMENDAÇÃO

Reforçar o processo de aconselhamento à seleção de candidaturas, junto da:

1 -representação portuguesa no país alvo da proposta

A Fundação Calouste Gulbenkian recebeu muitas propostas neste processo de candidatura, e continuará a receber se mantiver esta linha de financiamento. Em cada um dos países a que as candidaturas dizem respeito, a representação portuguesa tem, através do seu Comissário para a Cooperação, conhecimento das ONG's portuguesas que trabalham no país. Para a avaliação dos projectos submetidos à Fundação Gulbenkian, é sugerido que haja um mecanismo de articulação com a embaixada ou consulado português no país, de forma a obter aconselhamento sobre alguns pontos-chave das candidaturas, previamente definidos e devidamente indicados no formulário onde as ONG's preenchem a sua candidatura.

2 - comunidade académica e profissional, ligada à área do desenvolvimento, do país alvo da proposta:

Sendo que um dos riscos da cooperação é o distanciamento entre os projectos e realidade no campo de intervenção, é importante que a Fundação Calouste Gulbenkian recorra também, sempre que possível, ao aconselhamento por parte de indivíduos do país de destino que sejam conhecedores da realidade do seu país. O seu conhecimento de causa e seu trabalho justificariam a sua co-responsabilização no processo de desenvolvimento. Através da rede de contactos da FCG isso deverá ser facilmente realizável.

A inclusão de consultores locais no apoio à seleção dos projectos seria também um sinal de reconhecimento da legitimidade dos actores locais na escolha do seu próprio modelo de desenvolvimento.